



CP 462 - Assessor para Assuntos
Jurídicos



Instruções Gerais

Caro Candidato:

Leia com atenção e cumpra rigorosamente as seguintes instruções. Elas são parte da prova e das normas que regem este Concurso Público.

1. Este Caderno de Provas contém **80 questões objetivas** a serem respondidas. Recebido da fiscalização da sala, você deve conferi-lo, verificando se está completo. Caso contrário, deve solicitar a sua substituição.
2. O Caderno de Provas pode ser usado livremente para fazer rascunhos (cálculos, desenhos etc.), a fim de concluir pelas respostas às questões formuladas.
3. O tempo de duração total das provas será de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos**, incluída a leitura das instruções e o preenchimento dos cartões de leitura óptica (cartões de respostas).
4. Não será permitida a saída definitiva do candidato da sala antes de transcorrida uma (1) hora do início da prova.
5. O candidato poderá levar o Caderno de Provas consigo **somente** após transcorridas 3 h (três) horas do início da prova, desde que permaneça na sala até o término deste período.
6. Cada questão oferece **5 alternativas de resposta representadas pelas letras a, b, c, d e e, sendo somente uma correspondente à resposta correta.**
7. Iniciada a prova, é vedado formular perguntas, pois o entendimento das questões é parte integrante da mesma.
8. Não é permitido comunicar-se com outro candidato ou socorrer-se de consultas a livros, anotações, agendas eletrônicas, gravadores, usar máquina calculadora, telefone celular e/ou similares ou qualquer instrumento receptor/transmissor de mensagens.
9. No **CARTÃO DE LEITURA ÓPTICA PERSONALIZADO (CARTÃO DE RESPOSTAS)**, você deve preencher totalmente apenas **uma alternativa (a, b, c, d, e) de cada questão, com caneta de ponta grossa azul ou preta, suficientemente pressionada**, conforme o exemplo:

95	<input type="checkbox"/> A	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
96	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
97	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input checked="" type="checkbox"/>

10. Ao final da prova, você deve devolver à fiscalização da sala os **CARTÕES DE RESPOSTAS devidamente assinados no verso**, sem amassá-los ou dobrá-los, **porquanto eles são insubstituíveis**. Os dois últimos candidatos deverão permanecer na sala até a entrega da prova pelo último candidato.
11. A questão não assinalada ou assinalada com mais de uma alternativa, emendada, rasurada, borrada, ou que vier com outra assinalação que não a prevista no item 9, **é nula**.
12. O Gabarito Preliminar será divulgado no site www.conesul.org, até 5 dias úteis após a realização desta prova.

Língua Portuguesa

A idade e a liberdade

Os ingredientes da receita para a juventude. Qual a fórmula?

Cristiane Felipe – psicóloga

Pilar das revoluções que transformaram o mundo a partir do século XVII, a liberdade é um dos bens mais preciosos de que dispomos. O poder de ir, vir, agir e pensar é pressuposto básico para a manifestação da nossa essência. Não é por acaso que em qualquer sociedade, desde os mais remotos tempos, a forma mais usual de punição _____ que comentem algum delito é a prisão. Mas, e quando a doença ou as perdas naturais do processo de envelhecimento nos priva da liberdade?

Nas implicações naturais decorrentes do processo de envelhecimento estão previstas perdas gradativas de muitas de nossas principais capacidades. E isso é perceptível ainda muito cedo. Uma ginasta olímpica na faixa dos vinte e poucos já não realiza com a mesma destreza e desenvoltura os movimentos que praticava na _____. Um jogador de futebol, ao ultrapassar os 35 anos, já se prepara para a aposentadoria. A visão de um sexagenário já não tem a mesma definição dos primeiros anos da juventude.

Consciente do que lhe é efêmero, o homem busca incansavelmente meios de prolongar a sua vida útil. Já sabemos que os progressos alcançados no campo da Medicina - em especial na área da Geriatria e Gerontologia - permitem a prevenção e a detecção precoce de inúmeras moléstias típicas da idade avançada. Novas terapias, técnicas cirúrgicas e medicamentos com maior precisão de cura também contribuem para esse avanço.

No entanto, mais do que o tratamento adequado, o que pressupõe o envelhecimento saudável é a manutenção das independências física, social e econômica. São _____ os pré-requisitos que possibilitarão a preservação da liberdade do indivíduo na idade avançada. E, assim como faz o tempo, a maneira mais sábia para se adquirir ou preservar a autonomia é por meio da prática sistemática, dia após dia. Atividade física faz bem em qualquer fase da vida, alimentação adequada também. A prática da meditação e o cuidado com a espiritualidade (independentemente de religião) não possuem contra-indicações. No nível profissional, o caminho é encontrar o equilíbrio entre a satisfação pessoal e financeira. E se a esse conjunto de práticas somar-se uma pitada de alegria, está dada a receita.

Mas todos sabemos que esta receita não tem nada de simples. A vida não tem regras claras. O convívio com as perdas pode levar à depressão e ao desânimo. As novas situações geram ansiedade, perda da auto-estima e uma série de outros complicadores. Nesses momentos, a saída é não se isolar, não se esquecer de que inúmeras pessoas estão vivenciando a mesma situação. Um caminho possível é partir ao encontro delas. Um bate-papo em grupo pode resgatar a confiança perdida. Um baile no fim-de-semana pode mudar a vida de alguém. Porque a vida pode ser reinventada a cada minuto. É só dar asas à liberdade (e, de preferência, compatibilizá-la com a alegria). Como ensina Montaigne, “a verdadeira liberdade é poder tudo sobre si”. E como canta Gilberto Gil (um sessentão pra lá de jovem), “a alegria é a prova dos nove”.

Disponível em: <http://psiquecienciaevida.uol.com.br/ESCV/edicoes/0/Artigo98572-1.asp>. Acesso em: 09 jan.

2009.

1. Assinale a alternativa que completa **corretamente** as lacunas do texto.

- a) aqueles – adolescência – estes
- b) àqueles – adolecência – esses
- c) àqueles – adolescência – esses
- d) aqueles – adolescência – esses
- e) àqueles – adolecência – estes

2. A preposição destacada em “de que dispomos” (1º parágrafo) é exigida

- a) pela forma verbal “dispomos”.
- b) pelo substantivo “liberdade”.
- c) pelo substantivo “bens”.
- d) pelo adjetivo “preciosos”.
- e) pela forma verbal “transformaram”.

3. O pronome “isso” (2º parágrafo – 2ª frase) tem como referente

- a) “A liberdade é um dos bens mais preciosos de que dispomos”.
- b) “perdas gradativas de muitas de nossas principais capacidades”.
- c) “perceptível ainda muito cedo.”.
- d) a 3ª oração do parágrafo.
- e) a 4ª oração do parágrafo.

4. O pronome “lhe” (3º parágrafo – 1ª frase) tem como referente

- a) consciente.
- b) efêmero.
- c) homem.
- d) meios.
- e) vida.

5. Sobre a formação das palavras do texto são feitas as seguintes afirmações:

- I. O sufixo de “incansavelmente” é formador de advérbios.
- II. O elemento comum entre “geriatria” e “gerontologia” significa “velho”.
- III. “Prevenção” e “detecção” apresentam sufixo formador de substantivos a partir de verbos.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a III.
- e) I, II e III.

6. O nexos que inicia o 4º parágrafo estabelece relação de

- a) explicação.
- b) causa.
- c) finalidade.
- d) oposição.
- e) conformidade.

7. Assinale a alternativa em que a palavra destacada **não** retome uma anterior.
- “que transformaram o mundo” (1º parágrafo).
 - “que cometem algum delito” (1º parágrafo).
 - “que praticava” (2º parágrafo).
 - “que os progressos alcançados no campo da Medicina” (3º parágrafo).
 - “que possibilitarão a preservação da liberdade” (4º parágrafo).
8. A **correta** transformação das orações reduzidas “para se adquirir ou preservar a autonomia” (4º parágrafo) em desenvolvidas, obedecendo-se ao contexto em que estão inseridas, é
- para que se adquirisse ou preservasse a autonomia.
 - a fim de que se adquirisse ou preservasse a autonomia.
 - de adquirir ou preservar a autonomia.
 - de modo que se adquiram ou preservem a autonomia.
 - para que se adquira ou preserve a autonomia.
9. Qual das modificações sugeridas abaixo é necessária para adequar o verbo às regras de concordância da norma culta?
- Passar o verbo “transformar” (1º parágrafo) para a 3ª pessoa do singular.
 - Passar o verbo “privar” (1º parágrafo) para a 3ª pessoa do plural.
 - Passar o verbo “realizar” (2º parágrafo) para a 3ª pessoa do plural.
 - Passar o verbo “possuir” (4º parágrafo) para a 3ª pessoa do singular.
 - Acrescentar acento circunflexo na segunda ocorrência de “tem” no 5º parágrafo.
10. A flexão do verbo “saber” (5º parágrafo – 1ª frase)
- indica que a autora está entre os que sabem que a receita não tem nada de simples.
 - demonstra que a linguagem do texto é informal.
 - deveria ser, obrigatoriamente, com a 3ª pessoa do plural.
- Qual(is) está(ão) **correta(s)**?
- Apenas a I.
 - Apenas a II.
 - Apenas a III.
 - Apenas a I e a II.
 - Apenas a II e a III.
11. Levando em consideração apenas o 4º parágrafo, assinale a alternativa em que o substantivo indicado **não** seja núcleo do sujeito.
- maneira
 - atividade
 - prática
 - cuidado
 - equilíbrio
12. A vírgula da penúltima frase do 4º parágrafo separa
- aposto explicativo.
 - nexo deslocado.
 - adjunto adverbial deslocado.
 - predicativo deslocado.
 - vocativo.
13. O primeiro e o segundo períodos do último parágrafo poderiam ser unidos em um período composto por meio do emprego do nexos
- porque.
 - por que.
 - por quê.
 - posto que.
 - conquanto.
14. Na oração “Porque a vida pode ser reinventada a cada minuto.”, o nexos destacado só **não** poderia ser substituído por
- já que.
 - uma vez que.
 - pois.
 - mesmo que.
 - visto que.
15. Na pronúncia das palavras, às vezes acrescentamos ou suprimimos fonemas. Assinale a alternativa em que **nenhum** desses processos aconteça.
- perceptível
 - poucos
 - detecção
 - técnicas
 - desânimo
16. Qual das palavras abaixo, se tivesse o acento retirado, **não** geraria outra palavra do vocabulário da Língua Portuguesa?
- É.
 - Sábia.
 - Prática.
 - Só.
 - Está.
17. Sobre a colocação dos pronomes oblíquos átonos, são feitas as seguintes afirmações.
- Em “já se prepara” (2º parágrafo), o pronome poderia estar depois do verbo, sem que isso causasse prejuízo ao que preceitua a norma culta.
 - Em “do que lhe é efêmero” (3º parágrafo), o pronome está empregado corretamente, pois “que” atrai o pronome para antes do verbo.
 - Em “não se isolar” (5º parágrafo), o pronome está empregado corretamente, pois “não” atrai o pronome para antes do verbo.
- Qual(is) está(ão) **correta(s)**?
- Apenas a I.
 - Apenas a II.
 - Apenas a III.
 - Apenas a II e a III.
 - I, II e III.

18. Quais das palavras ou expressões abaixo retomam, ao longo do texto, a idéia de “liberdade?”
- I. “poder de ir, vir, agir e pensar” (1º parágrafo)
 - II. “Novas terapias” (3º parágrafo)
 - III. “independências física, social e econômica” (4º parágrafo)
 - IV. “autonomia” (4º parágrafo)
- a) Apenas a I, a II e a III.
 - b) Apenas a I, a III e a IV.
 - c) Apenas a I e a IV.
 - d) Apenas a III e a IV.
 - e) I, II, III e IV.
19. Pelas características que apresenta, o texto é
- a) uma notícia.
 - b) um artigo de científico.
 - c) uma crônica literária.
 - d) uma narração.
 - e) um relatório.
20. Segundo o texto, o mais importante para um envelhecimento saudável é
- a) o progresso alcançado pela Medicina.
 - b) a prática sistemática, dia após dia.
 - c) o tratamento adequado.
 - d) um bate-papo com os amigos.
 - e) a preservação da autonomia.

Conhecimentos Específicos

21. Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, ao Supremo Tribunal Federal (STF) compete, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar originariamente
- a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei federal, estadual ou municipal.
 - b) a ação direta de inconstitucionalidade de ato normativo federal, estadual ou municipal.
 - c) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do ‘*exequatur*’ às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno pelo seu Presidente.
 - d) as causas e os conflitos entre a União e os Municípios, inclusive as entidades da administração direta e indireta.
 - e) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.
22. A Constituição Federal de 1988 prevê que o alistamento eleitoral e o voto são
- a) facultativos para os maiores de setenta anos.
 - b) obrigatórios para os maiores de vinte e um anos.
 - c) facultativos aos estrangeiros.
 - d) obrigatórios aos conscritos desde o período do serviço militar.
 - e) obrigatórios para os analfabetos.

23. Na ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal, ou por omissão, **não** se inclui como proposta
- a) governador do estado.
 - b) titular da defensoria pública.
 - c) entidade sindical.
 - d) vereador.
 - e) prefeito municipal.
24. Conforme a CF/88, aos Municípios
- a) é facultada a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os aumentou.
 - b) é permitido utilizar tributo com efeito de confisco.
 - c) é vedado exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
 - d) é possível instituir impostos sobre tempos de qualquer culto.
 - e) é permitido instituir impostos sobre jornais hebdomadários e o papel destinado a sua impressão.
25. Conforme a CF/88, esta poderá ser emendada mediante proposta:
- () de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado
 - () do Presidente da República
 - () de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado
 - () da metade das Câmaras Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros
- Assim, das alternativas cima, considere (V) Verdadeira e (F) Falsa e assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta** de letras, de cima para baixo.
- a) V, V, V, F.
 - b) F, F, V, V.
 - c) F, V, V, F.
 - d) V, F, F, V.
 - e) F, V, F, F.
26. Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres a Estado, ao Distrito Federal ou a Município é atribuição do
- a) Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
 - b) Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas do respectivo Estado.
 - c) Tribunal de Contas da União com o auxílio do Congresso Nacional.
 - d) Tribunal de Contas da União com o auxílio do Poder Legislativo do respectivo Estado, Distrito Federal ou Município.
 - e) Poder Executivo auxiliado pelo Poder Legislativo.

27. Do Ministério Público da União, conforme a CF/88, **não** abrange

- a) o do Trabalho.
- b) o dos Estados.
- c) o Militar.
- d) o do Distrito Federal e Territórios.
- e) o Federal.

28. Segundo o que prevê a CF/88, o direito a proteção especial à criança e ao adolescente abrangerá dentre outros aspectos:

- () Programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins.
- () Garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola.
- () Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade aos ensinos fundamental e médio.
- () educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 (seis) anos de idade.

Assim, das alternativas cima, considere (V) Verdadeira e (F) Falsa e assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta** de letras, de cima para baixo.

- a) V, F, V, F.
- b) F, V, F, V.
- c) V, V, F, F.
- d) F, F, V, V.
- e) V, V, F, V.

29. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) São isentas de contribuição para a seguridade social, que atendam às exigências estabelecidas em lei, conforme a Constituição Federal.
- b) A seguridade social como objetivo, constitui-se no caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados, conforme estabelecido no Capítulo da Seguridade Social da CF/88.
- c) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
- d) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total, conforme a CF/88.
- e) A Lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I da CF/88.

30. Considera-se como incorreta a afirmação quanto à previsão da CF/88 de que o Estado não intervirá em seus Municípios, **exceto** quando

- a) não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
- b) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento da educação.
- c) deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- d) o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual.
- e) o Tribunal de Justiça der provimento a representação para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

31. São considerados princípios constitucionais e fundamentais da administração pública, conforme a CF/88:

- a) legitimidade, imperiosidade, publicidade, economicidade e motivação.
- b) moralidade, imperceptibilidade, legalidade, emendabilidade e promulgabilidade.
- c) publicidade, efetivação, imprescritibilidade, legalidade e mobilidade.
- d) eficiência, moralidade, publicidade, legalidade e impessoalidade.
- e) legalidade, moralidade, impessoalidade, perenidade e estabilidade.

32. Segundo lição da administrativista contemporânea MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO (*in* Direito Administrativo, 21ª ed., Atlas, São Paulo, 2007) “o ato administrativo é espécie de ato jurídico”, e, conforme a autora, “os atributos que o distinguem dos atos de direito privado, ou seja, as características que permitem afirmar que ele se submete a um **regime jurídico administrativo** ou a um **regime jurídico de direito público**.” Assim, embora não haja uniformidade de pensamento entre os doutrinadores, pode-se, no entanto, afirmar que as verdadeiras prerrogativas dos atributos do ato administrativo, conforme DI PIETRO, são

- a) a presunção de legitimidade ou veracidade, a imperatividade, a executoriedade e a auto-executoriedade, e, a tipicidade.
- b) motivação, forma e finalidade.
- c) competência, objeto e forma.
- d) sujeito, modo, condição e termo.
- e) capacidade, competência e objeto.

33. Segundo o que prevê a Lei Federal 8.429/92, pode-se afirmar **corretamente** que

- a) o enriquecimento ilícito constitui uma das hipóteses de atos de improbidade, ao lado dos atos que causam prejuízo ao erário e dos que atentam contra os princípios da administração pública.
- b) as penas previstas no Artigo 37, § 4º, a partir da promulgação da CF/88, passaram a ser auto-aplicáveis.
- c) as penas previstas no Artigo 37, § 4º não são aplicáveis na esfera administrativa.
- d) as ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na Lei 8.429/92, podem ser propostas até quatro anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- e) todas as alternativas anteriores estão incorretas.

34. As licitações, em conformidade com o que prevê a Lei Federal 8.666/93, serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado. Assim, é **inexigível** a licitação

- a) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo.
- c) para a aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico, aprovado pelo Congresso Nacional.
- d) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- e) quando houver inviabilidade de competição, em especial, dentre outras, para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

35. O processo administrativo visa, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração (Art. 1º, Lei Federal 9.784/99). Assim

- I. a Constituição Federal de 1988 não prevê o contencioso administrativo e mantém, no artigo 5º, inciso XXXV, a unidade de jurisdição, ao determinar, que 'a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito'.
- II. são princípios do processo administrativo e judicial, dentre outros, o da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
- III. também consideram-se princípios que decorrem implicitamente da lei, como o da impessoalidade, o da participação do administrado nos atos do processo, o da publicidade, da oficialidade, da obediência à forma e aos procedimentos, da gratuidade, da atipicidade, da pluralidade de instâncias, da economia processual e da participação popular.

Logo, está(ão) **correta(s)**:

- a) apenas I e II.
- b) apenas II e III.
- c) apenas I e III.
- d) somente II.
- e) I, II e III.

36. Em Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, a legislação federal estabeleceu a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. Assim, não são passíveis de qualificação, mesmo que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas na Lei Federal 9.790/99:

- a) as organizações sociais.
- b) as cooperativas.
- c) as sociedades comerciais.
- d) as fundações públicas.
- e) todas entidades acima enumeradas não são passíveis de qualificação.

37. Relativo aos Impostos, conforme o Código Tributário Nacional, considera-se como **correto** afirmar que

- a) a base de cálculo do imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é o valor fundiário.
- b) a base de cálculo do imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a ela relativos é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos.
- c) a base de cálculo do imposto sobre a Produção e a Circulação é o montante, real, arbitrado ou presumido dos proventos tributáveis.
- d) a base de cálculo do imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro é o seu desembaraçado aduaneiro, acrescido do montante real.
- e) a base de cálculo do imposto sobre Produtos Industrializados é o preço do serviço de transportes e comunicações.

38. Não extingue o crédito tributário:

- a) a prescrição e a decadência.
- b) a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas.
- c) a conversão de depósito em renda.
- d) o pagamento parcial.
- e) a compensação.

39. Quanto à Obrigação Tributária, conforme a legislação do Código Tributário Nacional, a capacidade tributária passiva

- I. depende da capacidade civil das pessoas naturais.
- II. independe de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.
- III. independe de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a II e III.
- e) Todas as alternativas anteriores.

40. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 201/2000), a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida; já, aos Municípios, a repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais:
- 3% para o Legislativo e 57% para o Executivo.
 - 4% para o Legislativo e 56% para o Executivo.
 - 5% para o Legislativo e 55% para o Executivo.
 - 6% para o Legislativo e 54% para o Executivo.
 - 7% para o Legislativo e 53% para o Executivo.
41. Constitui(tuem)-se institutos jurídicos e políticos, dentre outros, como o propósito de utilização de instrumentos da política urbana, conforme o que prevê a Lei Federal nº 10.257/01:
- o plano plurianual.
 - o plano diretor.
 - o referendo popular e o plebiscito.
 - os planos, programas e projetos setoriais.
 - os planos de desenvolvimento econômico e social.
42. Conforme regulamentação aos Arts. 182 e 183 da CF/88, através da Lei Federal nº 10.257/01:
- () o plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes
- () o plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas
- () o plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo
- () a legislação que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada cinco anos
- Assim, das alternativas cima, considere (V) Verdadeira e (F) Falsa e assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta** de letras, de cima para baixo.
- V, V, F, F.
 - F, V, V, F.
 - V, F, V, V.
 - F, F, F, V.
 - V, V, F, F.
43. A proteção do meio ambiente e controle da poluição, florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais é competência:
- comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - privativa da União em legislar.
 - da União explorar, diretamente ou mediante autorização.
 - exclusiva dos Municípios.
 - à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente.
44. Do Sistema Nacional do Meio Ambiente é considerado como
- órgão superior, o CONAMA .
 - órgão central, a SEMA.
 - órgão superior, o CSMA.
 - órgãos locais, os órgãos ou entidades municipais.
 - órgão setorial, o IBAMA.
45. A Lei Federal nº 11.445/07, que instituiu o Plano Nacional de Saneamento Básico, elaborado pela União sob a coordenação do Ministro das Cidades, não prevê quanto
- aos procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações executadas.
 - as diretrizes para o planejamento das ações de saneamento básico em áreas de especial interesse turístico.
 - aos planos a serem elaborados com horizonte de 30 (trinta) anos.
 - ao sistema nacional de informações em saneamento básico.
 - em se tratar especificamente das ações, da União relativas ao saneamento básico nas áreas indígenas, nas reservas extrativistas da União e nas comunidades quilombadas.
46. Do Estatuto do Servidor Público Municipal de Porto Alegre, conforme a Lei Complementar Municipal nº 133/85 e suas alterações:
- () Progressão é a forma de provimento do funcionário de uma classe para outra.
- () Reintegração é a forma de provimento do funcionário estável em cargo de igual ou inferior classificação, compatível com suas condições de saúde física ou mental, podendo ser processada a pedido ou 'ex-officio'.)
- Reversão é o retorno do aposentado por invalidez, à atividade, verificado, em processo, que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria.
- () Ascensão funcional é a passagem do funcionário mesmo não estável, a uma posição mais elevada dentro da classe ou para outra e dar-se-á por progressão.
- Assim, das alternativas cima, considere (V) Verdadeira e (F) Falsa e assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta** de letras, de cima para baixo.
- F, V, V, F
 - V, F, F, V
 - F, F, V, V
 - V, V, V, F
 - F, F, V, F

47. O prazo para entrada em vigor da Lei Complementar Municipal nº 434/2000, que dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município de Porto Alegre (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre) foi estabelecido que será de
- 60 dias a contar de sua publicação.
 - 90 dias a contar de sua publicação.
 - 90 dias já devidamente regulamentado.
 - 60 dias já devidamente regulamentado.
 - nenhum dos prazos acima citados está correto.
48. Considere a alternativa correta referente à Lei Complementar Municipal nº 478/2002 e suas atualizações
- Será descontado do benefício pago ao segurado e aos dependentes, a contribuição associativa ou sindical expressamente autorizada pelo beneficiário.
 - Será considerado salário-maternidade à segurada gestante, em gozo de licença para repouso à gestante e à puérpera, por 120 dias consecutivos, com início entre 30 dias antes do parto e a data de ocorrência deste.
 - À servidora que adotar criança até 8 anos de idade será concedida licença-maternidade, pelo período de 120 dias, a partir do trânsito em julgado da sentença de adoção ou da autorização judicial de guarda para fins de adoção.
 - Havendo mais de um pensionista, a pensão por morte será rateada entre todos em partes iguais, revertendo em favor dos demais a parte daquele cujo direito à pensão cessar.
 - Todas alternativas anteriores estão corretas.
49. Conforme a CF/88, aos Municípios estão previstos alguns preceitos constitucionais, contidos na redação do artigo 29 e incisos:
- Eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de municípios com mais de duzentos mil eleitores.
 - Iniciativa popular de anteprojeto de lei de interesse específico do Município ou bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento dos habitantes.
 - Julgamento do Prefeito perante a Câmara Municipal.
 - Perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único.
- Assim, das alternativas cima, considere (V) Verdadeira e (F) Falsa e assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta** de letras, de cima para baixo.
- F, F, F, V
 - V, V, F, V
 - F, F, V, V
 - V, V, F, F
 - V, F, V, F
50. Do sistema nacional de trânsito em relação às atribuições dos Municípios, considera-se incorreto afirmar quanto à competência aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição:
- implantar, manter e operar sistema de estacionamento pago nas vias.
 - conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal.
 - arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas.
 - comunicar ao órgão executivo de trânsito da União a suspensão e a cassação do direito de dirigir e o recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação.
 - implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito.
51. Acerca do conceito, organização e princípios constitucionais da Seguridade Social, assinale a alternativa **correta**.
- Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos objetivos da universalidade da cobertura e do atendimento, caráter democrático e centralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregados e de todos os órgãos do Governo.
 - A seguridade social será financiada por toda a sociedade mediante recursos provenientes, entre outros, sobre a receita de concursos de prognóstico e do importador de bens ou serviços do exterior, ou de que a lei a ele equiparar.
 - As receitas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da União destinados à seguridade social integrarão o respectivo orçamento.
 - São isentos de contribuição para a seguridade social, as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências legais, bem como o produtor, parceiro, meeiro, arrendatário e pescador artesanal que exercem atividade em economia familiar.
 - A contribuição do empregador terá alíquota de cálculo diferenciada em razão da atividade econômica, escolaridade, porte da empresa e tempo de serviço do trabalhador.

52. Não é segurado obrigatório da Previdência Social:

- a) o empregado contratado por empresa de trabalho temporário que presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular.
- b) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal de agência de empresa nacional no exterior.
- c) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo.
- d) o brasileiro contratado no exterior por empresa estrangeira para trabalhar no país de origem da empresa.
- e) o exercente de mandato eletivo federal mesmo que não vinculado a regime próprio da previdência social.

53. Considere as afirmações que seguem.

- I. A aposentadoria por idade será devida ao segurado empregado, inclusive o doméstico, a partir da data do desligamento do emprego, quando requerida até essa data ou até 90 dias depois.
- II. O benefício de auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do 16º dia do afastamento da atividade.
- III. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer a contar da data da decisão judicial, no caso de morte presumida.
- IV. O auxílio-reclusão é devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não receba remuneração da empresa, nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.

- a) I, II e III são falsas, somente.
- b) I e II são falsas, somente.
- c) I, II e III são corretas, somente.
- d) II e III são corretas, somente.
- e) todas as afirmativas são corretas.

54. No Direito Previdenciário o período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências. Nesse contexto, considere a alternativa correta acerca do período de carência para perceber os benefícios:

- a) auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais.
- b) aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: 120 (cento e vinte) contribuições mensais.

- c) salário-maternidade para as seguradas facultativas: 12 (doze) contribuições mensais
- d) pensão por morte e auxílio-reclusão: 12 (doze) contribuições mensais.
- e) independente da carência: auxílio-doença e auxílio-acidente.

55. Acerca do PIS/PASEP, considere a alternativa **incorreta**.

- a) A administração e fiscalização da contribuição para o PIS/PASEP compete à Secretaria da Receita Federal.
- b) A Secretaria do Tesouro Nacional efetuará a retenção da contribuição para o PIS/PASEP, devida sobre o valor das transferências das pessoas jurídicas de direito público interno, com base no valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas.
- c) A contribuição será calculada mediante a aplicação das seguintes alíquotas: - um por cento sobre o faturamento, um por cento sobre a folha de salários e um vírgula sessenta por cento sobre o valor das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas.
- d) O processo administrativo de determinação e exigência das contribuições para o PIS/PASEP, bem como o de consulta sobre a aplicação da respectiva legislação, serão regidos pelas normas do processo administrativo de determinação e exigência dos créditos tributários da União.
- e) A contribuição do Banco Central do Brasil para o PASEP terá como base de cálculo o total das receitas correntes arrecadadas e consideradas como fonte para atender às suas dotações constantes do Orçamento Fiscal da União.

56. O benefício de auxílio-acidente mensal corresponderá a

- a) cinquenta por cento do salário-de-benefício e será devido, até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.
- b) vinte por cento do salário-de-benefício e será devido, até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.
- c) cem por cento do salário-de-benefício e será devido, até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.
- d) oitenta por cento do salário-de-benefício e será devido, até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.
- e) vinte e cinco por cento do salário-de-benefício e será devido, até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.

57. Nos termos da Lei de Introdução ao Código Civil

- a) nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 6 (seis) meses depois de oficialmente publicada.
- b) a lei do país em que for nacionalizada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade.
- c) dependem de homologação as sentenças meramente declaratórias do estado das pessoas.
- d) o penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver a pessoa, em cuja posse se encontra a coisa apanhada.
- e) a prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei brasileira, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se.

58. Acerca da invalidade do negócio jurídico, observe as afirmações que seguem:

- I. Respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico prejudicará a totalidade do negócio, mesmo que a parte válida seja separável.
- II. Ninguém pode reclamar o que, por uma obrigação anulada, pagou a um incapaz, salvo se provar que reverteu em proveito dele a importância paga.
- III. É de 4 (quatro) anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico contado, no caso de coação, do dia em que ela cessa.
- IV. É escusada a confirmação expressa, quando o negócio já foi cumprido em parte pelo devedor, mesmo que não ciente que o vício o inquinava.

- a) Apenas II e III estão corretas.
- b) Apenas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas III e IV estão corretas.
- d) Apenas I e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

59. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos e honorários de advogado. Acerca do inadimplemento das obrigações, considere a alternativa **correta**.

- a) Considera-se em mora o credor que não quiser receber o pagamento no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.
- b) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde a data do ajuizamento da ação indenizatória.
- c) Contam-se os juros de mora desde a data da sentença.
- d) Para exigir a pena convencional necessário que o credor alegue prejuízo.
- e) O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito mesmo que houver expressamente por eles se responsabilizado.

60. Considere a alternativa **incorreta**:

- a) Pelo contrato de transporte, o transporte exercido em virtude de autorização, permissão ou concessão rege-se pelas normas regulamentares e pelo que for estabelecido naqueles atos, sem prejuízo das disposições do Código Civil.
- b) O contrato de comissão tem por objeto a aquisição ou a venda de bens pelo comissário, em seu próprio nome, à conta do comitente 693.
- c) No contrato de locação, morrendo o locador ou locatário, transfere-se aos seus herdeiros a locação por tempo determinado.
- d) No contrato de compra e venda, o direito de preferência pode ser cedido, bem como se transfere aos herdeiros.
- e) A doação feita ao nascituro somente valerá se aceita pelo seu representante legal.

61. Nos termos do Código Civil vigente, na sociedade personificada

- a) o sócio pode ser substituído no exercício das suas funções, até o prazo de 15 dias, sem o consentimento dos demais sócios, sendo desnecessária tal previsão no contrato social.
- b) quando, pelo contrato social, competir aos sócios decidir sobre os negócios da sociedade, as deliberações serão tomadas por 1/3 de votos, contados segundo o valor das quotas de cada um.
- c) o sócio, admitido em sociedade já constituída, não se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.
- d) além dos casos previstos na lei ou no contrato, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade, se de prazo determinado, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de sessenta dias.
- e) dissolvida de pleno direito a sociedade, não pode o sócio requerer a liquidação judicial.

62. Observe as afirmações que seguem:

- I. Considera-se detentor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
 - II. Considera-se possuidor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
 - III. A posse transmite-se aos herdeiros ou legatários do possuidor, porém com caracteres diferenciados.
 - IV. Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias.
- a) Apenas a I e II estão corretas.
 - b) Apenas a I, II e III estão corretas.
 - c) Apenas a II e IV estão corretas.
 - d) Apenas, I, III e IV estão corretas.
 - e) Apenas a IV está correta.

- 63.** Acerca da Responsabilidade Civil, considere a alternativa **correta**.
- Para a caracterização da responsabilidade civil subjetiva extracontratual é essencial a existência de ação ou omissão voluntária, nexos causal e dano, sendo desnecessária a comprovação de culpa.
 - Na responsabilidade civil subjetiva extracontratual a culpa exclusiva da vítima é causa de exclusão de ação ou omissão voluntária.
 - A responsabilidade da Administração Pública, de regra, trata-se de responsabilidade civil subjetiva, fundada na teoria do risco administrativo.
 - No que diz respeito à transmissibilidade do dano moral é entendimento pacífico que se a vítima do dano moral falece no curso da ação indenizatória é irrisusável que o herdeiro sucessor falecido no processo.
 - A responsabilidade civil dos pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia será subjetiva.
- 64.** O Município será representado em Juízo
- pelo Prefeito Municipal.
 - pelo Vice-prefeito.
 - pelo Presidente da Câmara de Vereadores.
 - por seus procuradores.
 - por seus assessores.
- 65.** Sobre a intervenção de terceiros, assinale a alternativa **correta**.
- Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandado em nome própria, deverá denunciar a lide o proprietário ou o possuidor.
 - Para que o juiz declare na mesma sentença as responsabilidades do devedor em ação em que o fiador for réu, o réu requererá até a fase instrutória a citação do chamado.
 - Na nomeação à autoria, quando o autor recusar o nomeado, ou quando este negar a qualidade que lhe é atribuída, assinar-se-á ao nomeante novo prazo para contestar.
 - Na denunciação da lide, a sentença, que julgar procedente a ação, declarará, conforme o caso, o direito do evicto, ou a responsabilidade por perdas e danos, porém não valerá como título executivo.
 - Cabendo ao juiz decidir simultaneamente a ação e a oposição, dessa conhecerá em primeiro lugar.
- 66.** Os prazos processuais cíveis computar-se-ão
- em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
 - em dobro o prazo para contestar e em quádruplo para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
 - em dobro o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
 - em dobro somente para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
 - Os prazos para a Fazenda Pública são iguais aos das partes em geral.
- 67.** Extingue-se o processo com julgamento de mérito:
- quando ocorrer confusão entre autor e réu.
 - quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
 - pela convenção de arbitragem.
 - quando o juiz acolher a alegação de preempção, litispendência ou de coisa julgada.
 - quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
- 68.** “A”, natural de Caxias do Sul, residente e domiciliado em Pelotas – RS, teve seu veículo abalroado no município de Porto Alegre pelo motorista efetivo do Município de Boa Vista do Buricá, o qual conduzia em carro oficial o Prefeito Municipal para uma palestra sobre os Princípios da Administração Pública e Responsabilidade Fiscal. Considerando a situação hipotética, em qual Juízo “A” deverá ingressar com ação de reparação de danos.
- Pelotas ou Porto Alegre.
 - Pelotas ou Boa Vista do Buricá.
 - Caxias do Sul ou Porto Alegre.
 - Pelotas ou Caxias do Sul.
 - Em qualquer Juízo Estadual, na medida em que o demandado é ente público.
- 69.** Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, a sentença
- proferida contra fundações de direito público e que estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal.
 - que julgar procedentes, em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública fundada em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente.
 - proferida contra o Município com condenação, no valor certo de 90 (noventa) salários mínimos
 - proferida contra o Município com procedência dos embargos do devedor de dívida ativa de valor não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos.
 - proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público quando a sentença estiver fundada em súmula do tribunal superior competente.

70. Observe as afirmações que seguem acerca das nulidades no processo civil.

- I. A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, salvo às nulidades que o juiz deva decretar de ofício, nem prevalece a preclusão, provando a parte legítimo impedimento.
- II. É nulo o processo, quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
- III. A nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras, que dela sejam independentes.
- IV. O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo praticar-se os que forem necessários, a fim de se observarem, quanto possível, as prescrições legais.

- a) Somente II e III estão corretas.
- b) Somente II, III e IV estão corretas.
- c) Somente III e IV estão corretas.
- d) Somente II estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

71. No tocante à administração do Sindicato, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A administração do sindicato será exercida por uma diretoria constituída no máximo de sete e no mínimo de três membros e de um Conselho Fiscal composto de três membros, eleitos esses órgãos pela Assembléia Geral.
- b) Serão sempre tomadas por escrutínio secreto, na forma estatutária, as deliberações da Assembléia Geral concernentes a tomada e aprovação de contas da diretoria e aplicação do patrimônio.
- c) É vedada a pessoas físicas ou jurídicas, estranhas ao Sindicato, qualquer interferência na sua administração ou nos seus serviços, salvo os delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, especialmente designados pelo ministro ou por quem o represente e os que, como empregados, exerçam cargos no Sindicato mediante autorização da Assembléia Geral, bem como o Ministério Público do Trabalho.
- d) Aplicam-se ao empregado de entidade sindical os preceitos das leis de proteção do trabalho e de previdência social, inclusive o direito de associação em sindicato.
- e) Ocorrendo dissídio ou circunstâncias que perturbem o funcionamento de entidade sindical ou motivos relevantes de segurança nacional, o Ministro do Trabalho e Previdência Social poderá nela intervir, por intermédio de Delegado ou de Junta Interventora, com atribuições para administrá-la e executar ou propor as medidas necessárias para normalizar-lhe o funcionamento.

72. Assinale a alternativa **correta**.

- a) É de dois anos, após a extinção do contrato de trabalho, o prazo para o trabalhador ajuizar ação postulando o FGTS. Contudo, a parcela pode ser requerida até o limite de trinta anos.
- b) É de cinco anos, após a extinção do contrato de trabalho, o prazo para o trabalhador ajuizar ação postulando o FGTS. Contudo, a parcela pode ser requerida até o limite de trinta anos.
- c) É de dois anos, após a extinção do contrato de trabalho, o prazo para o trabalhador ajuizar ação postulando o FGTS. Contudo, a parcela pode ser requerida até o limite de vinte anos.
- d) É de dez anos, após a extinção do contrato de trabalho, o prazo para o trabalhador ajuizar ação postulando o FGTS. Contudo, a parcela pode ser requerida até o limite de vinte anos.
- e) É de dois anos, após a extinção do contrato de trabalho, o prazo para o trabalhador ajuizar ação postulando o FGTS. Contudo, a parcela pode ser requerida até o limite de cinco anos.

73. As empresas e os sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho. Já a Comissão instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros, e observará

- a) a terça parte de seus membros será indicada pelo empregador e a outra metade eleita pelo sindicato dos empregados, em escrutínio aberto.
- b) haverá na Comissão tantos suplentes quantos forem os representantes titulares.
- c) o mandato dos seus membros, titulares e suplentes, é de três anos, permitida uma recondução.
- d) que é possível a dispensa dos representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até um ano após o final do mandato.
- e) que é o representante dos empregados desenvolverá seu trabalho normal na empresa, afastando-se de suas atividades apenas quando convocado para atuar como conciliador, não sendo computado como tempo de trabalho efetivo o despendido nessa atividade.

74. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

- a) O auxílio-acidente mensal corresponderá a oitenta por cento do salário-de-benefício e será devido, até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.
- b) O auxílio-acidente mensal corresponderá a cem por cento do salário-de-benefício e será devido, até o dia do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.
- c) O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, vedada sua acumulação com aposentadoria e pensão por morte.
- d) O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer benefício previdenciário.
- e) O recebimento de salário ou concessão de outro benefício, exceto de aposentadoria, não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.

75. Sobre as convenções coletivas de trabalho considere as afirmações que seguem:

- I. Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.
- II. É facultado aos Sindicatos representativos de categorias profissionais celebrar Acordos Coletivos com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, que estipulem condições de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa ou das acordantes respectivas relações de trabalho.
- III. As Federações e, na falta desta, as Confederações representativas de categorias econômicas ou profissionais poderão celebrar convenções coletivas de trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas, inorganizadas em Sindicatos, no âmbito de suas representações.
- IV. Os Sindicatos só poderão celebrar Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, por deliberação de Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, consoante o disposto nos respectivos Estatutos, dependendo a validade da mesma do comparecimento e votação, em primeira convocação, de 1/3 (dois terços) dos associados da entidade, se se tratar de Convenção, e dos interessados, no caso de Acordo, e, em segunda, de 2/3 (um terço) dos mesmos.

Quais estão **corretas**?

- a) Apenas a I e II estão corretas.
- b) Apenas a I, II e III estão corretas.
- c) Apenas a I e III estão corretas.
- d) Apenas II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

76. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Não tem direito às férias o empregado que, no curso de período aquisitivo permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 (trinta) dias.
- b) O empregado contratado sob o regime de tempo parcial que tiver de 7 (sete) faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá o seu período de férias reduzido pela metade.
- c) Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em 2 (dois) meses subseqüentes, um dos quais não poderá ser inferior a 10 dias corridos.
- d) O empregado perceberá durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data da sua concessão.
- e) As férias coletivas poderão ser concedidas a todos os empregados de uma empresa, salvo aqueles que tiverem ingressado na empresa a menos de 12 meses.

77. Dos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa **correta**.

- a) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, trata-se de crime de concussão.
- b) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, trata-se de crime de peculato.
- c) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem, trata-se de crime de corrupção ativa.
- d) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, trata-se de crime de prevaricação.
- e) Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício, trata-se de corrupção passiva.

78. Trata-se de crime previsto na Lei nº 8.666/93 (Lei das Licitações):

- a)** patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário.
- b)** frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, independente do intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação.
- c)** falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro.
- d)** falsificar, fabricando-os ou alterando-os papel de crédito público que não seja moeda de curso legal.
- e)** falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro.

79. Observe as afirmações abaixo:

Constitui abuso de autoridade qualquer atentado:

- I. à liberdade de locomoção
- II. à liberdade de associação
- III. ao direito de reunião
- IV. aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional

- a)** Apenas I está correta.
- b)** Apenas I e IV estão corretas.
- c)** Apenas II e III estão corretas.
- d)** Apenas I, III e IV estão corretas.
- e)** Todas as afirmações estão corretas.

80. Dos crimes descritos abaixo, considere aquele que não é de exclusiva responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

- a)** apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio.
- b)** ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.
- c)** deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal.
- d)** negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente.
- e)** retardar ou deixar de praticar indevidamente, ato de ofício.

